

O PROTAGONISMO ESTUDANTIL NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA: AVALIAÇÃO DE UM ESTUDO DE CASO

SOUZA, Paulo Vitor Teodoro¹, BHERING, Marcos Jungmann²

¹**Doutorando em Educação em Ciências - Universidade de Brasília (UnB), Professor no Instituto Federal Goiano – Câmpus Avançado Catalão, paulovitorteodoro@vahoo.com.br**

²**Doutor em História – Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), Professor no Instituto Federal Goiano – Câmpus Avançado Catalão, marcos.bhering@ifgoiano.edu.br**

Resumo: O presente texto objetiva-se em relatar uma atividade desenvolvida no Instituto Federal Goiano - Câmpus Avançado Catalão, que teve como princípio a problematização de um contexto trazido pelos próprios estudantes do ensino médio. O trabalho surgiu em duas aulas conjuntas das disciplinas de Química e Sociologia, quando os docentes oportunizaram espaços para a dialogicidade em sala de aula. A intenção inicial das aulas foi dar vozes aos estudantes para que eles tivessem participação ativa nas aulas ministrada pelos professores. Percebemos que os estudantes são receptivos a práticas em que eles são os protagonistas da atividade. No entanto, talvez a grande dificuldade diz respeito ao fato de superarmos um paradigma que vem a séculos existindo na escola: (re)adaptar as nossas práticas a partir dos questionamentos trazidos pelos estudantes.

Palavras-chave: Propostas pedagógicas. Protagonismo estudantil. Estudo de caso.

1. Introdução

O presente texto objetiva-se em relatar e apontar os resultados de um trabalho desenvolvido por dois professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) – Câmpus Avançado Catalão. A estratégia utilizada foi, basicamente, oportunizar que os estudantes tenham vozes em sala de aula. Para Zumthor (2005), considerando a formação dos estudantes para a atuação em uma sociedade humana, a voz é o objeto central, na qual representa um conjunto de valores que promove valorização aos estudantes.

Após a oportunidade de vozes aos estudantes, esses apresentaram um fato ocorrido entre o aluno e uma pessoa em situação de rua na cidade de Catalão. O estudante percebeu que os moradores de rua são, em muitos momentos, excluídos da sociedade em que estão inseridos.

Desta forma, os professores buscaram articular os conteúdos que seriam trabalhados em sala de aula nas disciplinas de Química e Sociologia. Na primeira, o

conteúdo específico trabalhado foi produção de conhecimento na química; em Sociologia, o assunto trabalhado foi discriminação e preconceito. Percebe-se que utilizamos da intervenção dos estudantes para propor um projeto de extensão na escola, que acreditamos ser ferramenta capaz de integrar os conteúdos e temas abordados nos diversos campos disciplinares lecionados nas escolas de Ensino Médio.

É importante ressaltar que os Institutos Federais de Educação Profissional, assim como as Universidades em geral, fundamentam suas ações na tríade *ensino, pesquisa e extensão*. Assim, para além das atividades de sala de aula – notadamente reconhecimento pelo ensino, primeiro ponto da tríade citada, há o incentivo para que professores e estudantes se envolvam em ações de pesquisa e extensão. A pesquisa volta-se para a produção de conhecimentos; por outro lado, a extensão tem como foco a ampliação dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas na instituição. Desta forma, valorizamos a problemática trazida pelos estudantes em sala de aula para ensinar os conteúdos específicos da disciplina, ampliando a proposta para um projeto de extensão.

2. Metodologia

Inicialmente, no IF Goiano – Câmpus Catalão, não havia um professor específico de Sociologia. Assim, para suprir uma necessidade inicial, o professor de Química assumiu a disciplina. Embora sabemos da dificuldade de um docente em assumir uma disciplina que não esteja a sua zona de conforto, ou seja, aquilo que não esteja diretamente ligado a sua formação, é possível buscar articular as disciplinas e, assim, buscar/tentar, uma educação interdisciplinar.

Diante disso, em uma das aulas no Instituto, em que o professor buscava integrar as duas disciplinas, já que até o momento era o mesmo professor, esse abriu espaços para que os estudantes pudessem dialogar em sala de aula. Assim, estava sendo estudado o conhecimento como uma produção coletiva e histórica, que veio evoluindo ao longo dos anos, bem como a discriminação e o preconceito que os estudiosos e cientistas tinham ao longo da história (ciência elitista, individualista, antissocial).

Em seguida, um dos estudantes da sala de aula relata o caso vivenciado em dias anteriores, na qual ele se depara com um morador de rua e percebe o desprezo que

esses sofre pela sociedade em geral. O estudante percebeu que esse morador pode ter potencialidades a ser desenvolvidas, mas que são neutralizadas por sua situação de exclusão e discriminação. Diante disso, surgiram alguns questionamentos: “Como podemos contribuir para reinserção das pessoas em situação de rua, que possuem suas habilidades específicas, na sociedade”.

Pouco tempo após a discussão em sala de aula, conseguimos a parceria com o professor de História, que atualmente assumiu as aulas, também, de Sociologia. Assim, tivemos consolidado um projeto de extensão no Câmpus, intitulado “Ações para Integração Social de Moradores de Rua na Cidade de Catalão, Goiás”. Esse projeto conta com a participação dos professores de Química e Sociologia do Câmpus, de estudantes da educação básica do IF Goiano -Câmpus Catalão, e com parcerias firmadas com a prefeitura de Catalão e órgãos sociais.

O projeto acima referido tem como objetivo geral o amparo a cidadãos em situação de rua, por meio de ações de sensibilização de direitos a serviços básicos de saúde, assistência e seguridade social, bem como suas inserções ou reinserções produtivas e/ou reintegração familiar.

As atividades do projeto, inicialmente, visam à formação teórica e prática dos integrantes da equipe. Além das atividades formativas, o projeto contemplou ações de busca para novas parcerias, a realização de palestras internas e externas sobre o tema; a realização de uma exposição e de um fórum público de debates; e a coleta de dados para subsidiar ações futuras.

3. Resultados e discussão

Percebemos que houve, a partir da proposta desenvolvida, uma complementação teórica curricular, já que ao longo da vigência do projeto os estudantes se apropriaram de temas relacionados às áreas do Serviço Social, Sociologia, Antropologia, História da Ciência e Ciência Política, além da leitura de legislação específica e correlata ao tema. Em relação à legislação sobre o tema, vale ressaltar o estudo minucioso da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (PNPSR - 2009), a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da qual o Brasil é signatário, e a Constituição Federal (1998).

No campo da leitura dos textos teóricos, tivemos o embasamento no trabalho de Lemões (2012), no qual nos forneceu importante subsídio para a reflexão sobre os laços familiares que permeiam a vida das populações em situação de rua. Segundo o autor supracitado, não é possível nos prendermos a concepções de moradia e famílias estanques, na medida em que a moradia de rua define-se pela fluidez.

Também, vale destacar os processos formativos oferecidos pelos próprios professores que ultrapassam os conhecimentos, tradicionalmente ministrados, nos campos disciplinares específicos. Destacam-se as discussões sobre a estrutura do Estado e a divisão dos poderes, que fornecem a ideia geral sobre quais são os entes federativos e poderes responsáveis pela consecução de políticas nas áreas de assistência às populações em situação de rua. No caso, o poder executivo municipal de Catalão, por meio da Secretaria de Ação Social, é o organismo mais responsável, o que não exime as responsabilidades do Estado e do Governo Federal. De acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua, de 2009:

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio. (BRASIL, 2009).

Além disso, vale ainda pontuar que os três poderes possuem funções típicas e atípicas. Nesse sentido, o poder executivo, por exemplo, pode legislar e julgar; o legislativo administrar e julgar (vide uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito); e o judiciário administrar e legislar (nesse caso, as súmulas expedidas pelo Supremo Tribunal Federal podem ser tomadas como exemplo). Igualmente importante foi a discussão sobre estudo de ponta na área da neurociência e dependência química. Destacam-se as discussões sobre as teorias de Carl Hart, neurocientista americano que advoga pela descriminalização das drogas e que se tratam de uma consequência de um contexto de pobreza, exclusão e de uma política antidrogas falha. Em sua argumentação, 80% a 90% das pessoas usuárias de drogas, como o crack, em suas pesquisas não poderiam ser classificadas como usuária de drogas (HART, 2014).

Nesse sentido, podemos inferir que a cessão do uso de substâncias psicoativas por parte da população em situação de rua vincula-se diretamente com a promoção e garantia

de direitos garantidos que figuram nas legislações analisadas.

É importante também inserirmos nesta discussão o envolvimento com os movimentos sociais locais e engajamento sócio-comunitário. Segundo o documento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009) é previsto que se formem conselhos municipais para a efetivação da política nacional em nível local (BRASIL, 2009).

Por fim, concretizamos um fórum local com a formação teórico-prática com parceiros externos ao projeto colaborou com a formação de um fórum local, já que acreditamos ser essencial para o desenvolvimento do projeto. Por meio da articulação, em especial, com duas entidades locais, a equipe pode adquirir formação prática e teórica, em especial em técnicas de abordagem de cidadãos em situação de rua. Basicamente, tivemos reuniões com as entidades Amor Exigente e o Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra (Nata) foram e são essenciais para o projeto, visto que uma das maiores preocupações foi o contato direto com os moradores de rua, já que grande parte dessa população é usuária de drogas psicoativas. Nesse sentido, este apoio tem oferecido formação social e humana aos colaboradores do projeto.

4. Considerações finais

Percebemos que as atividades, inicialmente proposta pelos estudantes, buscaram o desenvolvimento integral, já que alcançamos uma formação ampla aos discentes, para além de conteúdos específicos em sala de aula. A possibilidade da extensão, sendo atividade de natureza voluntária praticada pelos alunos, possibilita o desenvolvimento de novas competências, apreensão de novos conteúdos, assim como formação política e engajamento social nas questões que mobilizam a comunidade em que a escola está inserida.

Especialmente para a educação profissional, foco dos Institutos Federais, as atividades inerentes a extensão possibilitam a complementaridade com a formação das competências que a habilitação exigidas. Vale destacar que o objetivo final deste projeto, além da mobilização da comunidade Catalana para a questão dos moradores em situação de rua, é o de fortalecer o envolvimento sócio comunitário dos estudantes e servidores da instituição.

Por fim, percebemos que a escolha de oportunizar momentos em que estudantes tenham vozes ativas no processo de ensino e aprendizagem favorece um ambiente favorável, possibilitando o protagonismo dos estudantes na escola. Ao mesmo tempo, percebemos a dificuldade que nós, professores, temos em romper o paradigma de não ser o centro das atenções em sala de aula. Se ausentar da zona de conforto, na qual o processo educativo se prolonga a séculos, possui as dificuldades; porém, a satisfação em perceber que existem mecanismos para valorizar a participação dos estudantes nas estratégias didáticas, supera os nossos medos de enveredar em novos horizontes.

5. Agradecimentos

Ao Instituto Federal Goiano -Câmpus Avançado Catalão, ao Amor Exigente e ao Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra.

6. Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em 20/07/2015.

BRASIL. Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília/DF, 2008.

BRASIL. Decreto n.7053. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e Comitê Intersetorial de Acompanhamento. 23 de Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acessado em 02/06/2015.

HART, C. Carta Maior - As drogas não são o problema: entrevista com o neurocientista, 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FDireitos-Humanos%2F-As-drogas-nao-sao-o-problema-entrevista-com-o-neurocientista-Carl-Hart-%2F5%2F30021>>. Acessado em 23/08/2015.

LEMÕES, T. S. Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno 'população em situação de rua'. In **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. Vol. IX, número 17/18. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2012. pp.67-87.

ZUMTHOR, P. **Escritura e Nomadismo**: entrevistas e Ensaios, tradução Jerusa Pires Ferreira e Sônia Queiroz – Cotia SP: Ateliê Editorial, 2005.